

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2386/ 2020



ALAGOAS

MPT-AL abre procedimento para Justiça tentar acordo entre vigilantes e empresas

Dissídio coletivo foi ajuizado para solucionar impasse que resultou na greve da categoria



Procuradoria Regional do Trabalho em Alagoas -Foto: Divulgação/MPT-AL

O Ministério Público do Trabalho (MPT-AL) ajuizou, nesta quarta-feira (5), no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-AL), o dissídio coletivo dos vigilantes de Alagoas. Na última segunda-feira (3), profissionais da categoria que trabalham em agências bancárias, deflagraram greve para cobrar reposição salarial. Com a paralisação dos serviços, 59 agências da CAIXA não abriram em todo estado, segundo a instituição bancária.

O requerimento, feito em caráter de urgência pelo MPT-AL, pede uma audiência no TRT-AL para uma tentativa de acordo entre o Sindicato dos Vigilantes e o Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores.

Os sindicatos devem apresentar suas propostas sociais e econômicas, principalmente as que foram motivo de impasse que resultaram na deflagração da greve.

O MPT também pede ao judiciário trabalhista que o Sindicato dos Vigilantes mantenha em atividade o quantitativo mínimo de 70% dos trabalhadores nas funções necessárias ao funcionamento dos serviços de vigilância e transporte de valores.

O sindicato também não deve realizar manifestações ou atos que possam violar ou constranger direitos fundamentais, a exemplo da colocação de piquetes que impeçam o livre trânsito dos trabalhadores que queiram exercer o direito de trabalhar.

Categoria entrou em greve na segunda

FONTE: G1AL

GREVE GERAL

CONVOCATÓRIA GERAL PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O presidente do Sindvig-MA, convoca todos os TRABALHADORES (AS) das empresas da segurança privada do Estado do Maranhão, para participarem da assembleia no dia 08/08/2020, (sábado) as 09:00hs, no sindicato, localizado no centro, para deliberar sobre o dia que a categoria vai parar por tempo indeterminado na GREVE GERAL no Estado do Maranhão.

OBS.: Mais uma vez o Sindicato Patronal desrespeita a mediação no MPT, marcada no dia 03/08/2020 e não comparece.

Restando apenas a greve geral.

São Luís, 03 de agosto de 2020. Raimundo Benedito Raposo Sousa Presidente

RIO GRANDE DO NORTE

Ato político do Sindsegur em frente a empresa Interfort



A empresa Interfort através de seu coordenador e o supervisor vêm atacando os trabalhadores vigilantes, tanto as vigilantes femininas como também os vigilantes das unidades de saúde. Cobramos uma retratação por parte desta empresa que vem atacando os trabalhadores de todas as formas. Uma das maiores empresas do Rio Grande do Norte vem tomando atitudes anti trabalhistas com assédio moral introduzido nos postos de serviços da empresa.

Um dos pontos seria a inercia da empresa em se posicionar a favor dos trabalhadores vigilantes referente ao vídeo postado por uma funcionária do Hospital João Machado filmando um paciente psiquiátrico onde acusa os vigilantes de usar a força. Sem mostrar a realidade dos fatos, a falta de estrutura do hospital faz com que os pacientes fujam da ala de pacientes medicados. De forma desonesta

a funcionária faz um vídeo descabido sem fundamento algum. O sindicato se posicionou notificando o hospital. Em seguida a administração do hospital respondeu que irá apurar os fatos para tomar as medidas cabíveis. E a empresa nada fez para defender os seus funcionários.



Já as denúncias de assédio moral, temos áudios do supervisor Claudionor chamando os vigilantes de malandros. Além de perseguições a vigilantes que acabaram sendo afastados por depressão. Muitos são os relatos e o Sindsegur não vai deixar impune. Todas essas ocorrências serão levadas ao Ministério Público do Trabalho.

Denúncias: 3322-2076.

FONTE: SINDSEGUR

Banestes terá que garantir segurança em agências de negócios



O Sindibancários/ES saiu vitorioso em ação contra o Banestes para garantir porta giratória e vigilantes nas unidades bancárias convertidas em agências de negócios.

De acordo com a liminar, publicada nesta terça-feira, 04, o banco tem o prazo de cinco dias para retornar com o sistema de segurança das agências já convertidas em agências de negócios e aquelas que estão previstas para mudarem devem manter todo aparato de segurança. O banco ainda pode recorrer da decisão.

Neste ano, o Banestes iniciou um projeto de ampliação das agências de negócios, transformando agências comuns nessas unidades. Sob a alegação de que não há circulação de numerário com o fim do serviço de caixa, o banco retirou porta giratórias e dispensou vigilantes dessas agências. No entanto, os caixas eletrônicos continuam em funcionamento.

Na decisão, a juíza do Trabalho Valéria Lemos Fernandes Assad destacou a Lei Estadual n°5.229/1996, que obriga as agências e postos de serviços bancários do Espírito Santo a instalarem porta de segurança em acessos destinados ao público, e frisou como a retirada do aparato de segurança coloca em risco a vida de bancários e clientes:

"Em que pese a reclamada alegar que as novas agências, por não terem movimentação de dinheiro, se diferem das demais, não se classificando como entidades financeiras para fins legais, é inegável que a existência de caixas eletrônicos nessas agências oferecem risco potencial aos trabalhadores e ao público em geral."

Para o coordenador geral do Sindibancários/ ES, Jonas Freire, essa é uma vitória importante para os trabalhadores. "Além de não cumprir a lei estadual que obriga a instalação de porta giratórias, o Banestes desrespeita seus empregados e clientes, colocando a vida deles em risco para economizar recursos. A vida tem que estar acima do lucro e vamos continuar lutando para que essa decisão judicial seja mantida", frisou Freire.

Além de garantir a segurança, a reinstalação das portas giratórias nas agências também é uma medida importante para limitar o número de pessoas nas agências nesta pandemia.

"Está crescente o número de bancários contaminados pela covid-19 e o banco não se sensibiliza. Ao contrário, está cobrando que bancários do grupo de risco retornem ao trabalho presencial. As agências de negócios, que estão sem vigilantes e porta giratória, ficam ainda mais vulneráveis à superlotação", destacou Freire.

Fonte: Sindicato dos Bancários ES

Com CPMF, sem FGTS: Guedes quer prejudicar trabalhador duas vezes

Ministro da Economia tenta comprar apoio de empresários com proposta que aumenta regressividade do sistema tributário



Caso Guedes reduza o valor depositado no FGTS, outro problema pode ser desencadeado: a diminuição na multa sobre demissões

Para aprovar o novo imposto sobre transações digitais, no mesmo modelo da extinta CPMF, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer retirar mais direitos dos trabalhadores. A ideia é reduzir a tributação que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários, incluindo o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, Paulo Guedes quer diminuir de 8% para 6% o valor dos salários que é depositado pelas empresas nas contas do FGTS e cortar metade dos encargos referentes ao Sistema S.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, afirma que o governo Bolsonaro tenta descapitalizar o fundo e extingui-lo. O especialista aponta que essa ideia mantém a regressividade do sistema tributário do Brasil, ou seja, o pobre continuará pagando mais que o rico.

Quando falamos sobre a retirar contribuição das empresas ao FGTS, que é uma poupança compulsória, o governo retira recursos da população. Os trabalhadores de carteira assinada perdem duas vezes. De um lado, ficam sem o recurso quando poderiam retirá-lo. E ainda vão perder mais, já que pagarão mais impostos à CPMF. Na outra ponta, quem se beneficiará são as empresas", criticou.

Governo antipovo

Guedes ainda quer acabar com a contribuição das empresas ao INSS do trabalhador que ganha até um salário mínimo, de R\$ 1.045, o que custaria de R\$ 25 bilhões por ano aos cofres da União.

Atualmente, os empresários pagam alíquota de 20% sobre os salários como contribuição à Previdência. Entretanto, a proposta é reduzir para 10%. "A gente vê que o governo não tem proposta de reforma tributária, ele vai se adequando às negociações no Congresso. Enquanto ele tenta impor a CPMF, vai tentando o apoio dos empresários, tirando recursos dos que menos tem", acrescenta Fausto.

O diretor técnico do Dieese afirma ainda que reduzir o valor depositado no FGTS pode causar outro problema. "Ele também pesa no valor da multa da demissão do trabalhador sem justa causa. O valor da multa é relativo ao que foi depositado no fundo, ou seja, o trabalhador receberá menos. Isso facilita ainda mais o processo de demissão dos trabalhadores em geral", critica.

Fonte: RBA

Trabalhadores denunciam pressão no Santander: 'Pior banco para se trabalhar'

Denúncias incluem aumento de metas durante pandemia, demissões e falta de prevenção ao contágio de covid-19. Assédio no Santander tira sono de bancários e de seus representantes



São Paulo – O telefone dos dirigentes sindicais não para. Nem de madrugada. Bancários desesperados com a cobrança por metas que consideram mais abusivas em tempos de pandemia e com adoecimentos pela covid-19. O medo do desemprego fragiliza e, para os trabalhadores, é usado como pressão no Santander, terceiro maior banco privado do país. De origem espanhola, a instituição financeira obtém no Brasil 29% de seu lucro mundial. O número aumenta ano a ano. No primeiro semestre de 2020 já chegou a 34%. Mas, denunciam os bancários, o reconhecimento não vem.

"Já fui funcionária 'caxias', hoje não defendo mais o banco", afirma, decepcionada, MSS, bancária que ainda não completou 30 anos e fez carreira no Santander. Começou como estagiária e chegou a gerente em cerca de oito anos. "Agora tenho ciência que somos número, está caindo a ficha dos funcionários: o Santander está sendo o pior", relata, comparando a situação no setor durante a pandemia do novo coronavírus. "Temos colegas em outros bancos e não está tendo demissão. A gente se sente desrespeitada. Não sabemos se vamos ser mandados embora amanhã, não estão usando nenhum critério", critica.

A diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo Vera Marchioni lembra que, mesmo quando lojas ainda estavam fechadas, no início do isolamento social, o banco enviava bancários para as ruas, "se virar" para abrir novas contas. "Essa pressão no Santander trouxe uma revolta muito grande. Fora do Brasil isso não está acontecendo. Nem na América Latina tem demissão, não tem essa forma de cobrança de metas, de cobrar que se reponham horas", observa Vera. "Além de todo medo que as pessoas carregam (da covid-19), têm de ir trabalhar. No pior momento da pandemia, foi o banco que mais abriu agências", denuncia.

Banco errático

"Isso tudo traz um estresse muito grande para as pessoas. O sindicato tem sido muito demandado. Todo dia muda protocolo em relação à covid. É um banco errático e sempre para prejuízo dos trabalhadores", critica Vera.

Segundo a gerente MSS, que assim como outros nessa reportagem terá seu nome e local de trabalho preservados para que não haja risco de represálias, muita gente foi mandada embora depois de maio. Inclusive pessoas que estavam "entregando todas as metas".



Ela conta que colegas demitidos fizeram a denúncia ao Sindicato. Procurada pelos representantes dos trabalhadores para explicar a pressão no Santander e os cortes, a gerência regional assumiu que não havia motivo nenhum, mas que a régua de demissão do banco estava "lá em cima" e que eles estavam só cumprindo um papel, apesar de surpresos com as demissões.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) informa que a situação no Santander é a mesma em todo o país. Desde junho já foram quase 700 demissões, de acordo com levantamento feito pela entidade. "Em mesa de negociação, a direção do banco disse que não demitiria. Depois pulou fora. Isso estava registrado também em balanço encaminhado aos acionistas", diz o secretário de Assuntos Socioeconômicos, Mario Raia, funcionário do Santander e representante da Contraf na comissão que negocia com o banco.

No balanço do segundo trimestre, divulgado na quarta-feira (29), há uma diferença negativa de 844 postos de trabalho. Esse é o saldo obtido entre as demissões e contratações. "Ou seja, o número de demitidos é muito maior do que os sindicatos conseguiram apurar, porque o banco tem contratado normalmente", avalia o dirigente.

O movimento sindical tem feito uma série de campanhas denunciando o banco no Brasil e internacionalmente.

Lucro do Santander tem assédio

A bancária que denuncia as demissões também relata o horror da pressão no Santander para o cumprimento de metas, ainda mais sem sentido em tempos de pandemia. Entrevistada pela RBA antes da divulgação do balanço, ela cravou: tenho certeza que não vai ter nenhuma queda, a cobrança está muito insana. "Tem agência em que a meta de venda de seguro subiu 200%. Sendo que os clientes não aumentaram em 200%", compara.

E realmente o Santander Brasil registrou lucro líquido, de R\$ 2,136 bilhões, no segundo trimestre. Dependendo de como se analise o balanço, haveria queda de 41,2% em relação a igual período de 2019. Esse decréscimo, no entanto, refere-se ao aumento na provisão para devedores duvidosos (PDD ou risco de calote). O valor dobrou no período, para R\$ 6,5 bilhões. Nele constam R\$ 3,2 bilhões de uma provisão adicional feita pelo banco para cobrir eventual inadimplência supostamente decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Sem o aumento dessas provisões chamadas de crédito de "difícil recebimento", o lucro líquido seria de R\$ 7,749 bilhões e, nesse caso, haveria alta de 8,8% em 12 meses e 1,1% no trimestre. "O Santander aumentou essa provisão para dar impressão de que o lucro diminuiu. Só que não diminuiu não, e isso aos meus olhos também é uma forma de enganar as pessoas. Viu como são ardilosos? Não dão ponto sem nó", comenta a bancária "ex-caxias", cuja decepção transborda nas palavras.

Excelência e rapidez

Funcionária do Santander, responsável por verificar a documentação de empresas que pedem empréstimo ao banco, NON confirma o que tantos outros trabalhadores denunciam aos sindicatos em todo o Brasil. "Mesmo diante do aumento do número de empresas que fecharam e deixaram de pedir crédito, o banco cobra as mesmas metas. E você tem de fazer com excelência e rapidez."

Por meio de reunião por aplicativos, conta NON, o gestor avisa que o banco está monitorando a hora que você entra, o que você faz, o que deixa de fazer, porque se acontecer alguma coisa você é demitido por justa causa. "É 'aquela' pressão no Santander. Agora algumas áreas estão fazendo um aditivo no contrato de trabalho para que os funcionários de grupo de risco fiquem em casa, mas uma vez por semana têm de ir ao banco, sem direito ao vale-transporte."

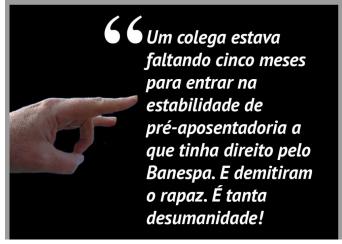


Para a bancária, o Santander se aproveita desse governo (o de Bolsonaro) e sua política que beneficia os patrões. "Nossos direitos individuais e coletivos estão sendo manipulados, estamos morrendo lentamente. Ou você faz isso ou tem medo, porque sabe que o desemprego é muito grande. E as demissões estão acontecendo diariamente, todo dia sei que um colega meu foi desligado. Eles saem e nem podem se despedir. O gestor liga pra casa e diz: hoje você foi desligado, acabou."

NON também expressa sua decepção. "O que vejo hoje no Santander: insatisfação muito grande por parte dos funcionários. Tenho mais de 10 anos de banco e para o que é hoje, depois da gestão 'dele', ficou uma coisa muito complicada. Para mim está sendo a pior fase. A pressão no Santander é desumana."

Pior com Rial

"Ele" a que se refere NON é Sergio Rial. Presidente do banco desde 2016, Rial é apontado pelos trabalhadores pelo movimento sindical como o responsável pela piora nas relações de trabalho. A bancária, que tem dois filhos, diz que não quer essa vida para eles. "Já tive um surto, fiquei afastada. A pressão no Santander é muito grande." Para ela, o Santander usa o medo do desemprego para pressionar em níveis insuportáveis. "Eles têm o poder. Com essa pressão, levam as pessoas a trabalhar doentes. Não se preocupam com os outros. Sergio Rial não respeita o trabalhador."



A jovem MSS, a que já foi "caxias", diz que Rial, que no início de sua gestão transmitiu pela empresa uma imagem "super-humana", não é nada disso. "Algumas coisas melhoraram no mundo digital, mas para quem é funcionário do Santander, o assédio piorou. E com isso perde o cliente também. Não tem a total atenção nossa quando liga. Quer falar comigo, mas estou no caixa, revezando no balcão. Se as pessoas soubessem quanto a gente sofre"

Para a presidenta da UNI Finanças Mundial, Rita Berlofa, o Santander mantém uma política antissindical sob a gestão de Rial. "Não prioriza o diálogo. Um gestor assim só se explica pelo fato de que aumentou o lucro. É o que acionistas querem como gestor." A UNI Finanças é um dos braços da UNI Global Union. A federação internacional agrega entidades sindicais ligadas ao setor de serviços que somam 20 milhões de trabalhadores em suas bases.

Segundo a dirigente, funcionária do Santander, Sergio Rial comanda o único dos grandes bancos que demite durante a pandemia, no mundo. "Nem nos EUA os bancos tiveram essa desfaçatez", critica Rita. "E descumprindo acordo. Colocou no balanço voltado aos acionistas que não haveria demissão durante a crise da pandemia. Ou seja, mentiu."

Denúncia internacional

O Santander, reforça a presidenta da UNI Finanças, mantém uma pressão violenta pelo cumprimento de metas, os trabalhadores estão enlouquecidos. "Podem até não adoecer de covid, mas terão problemas de ordem emocional enormes com toda essa pressão", ressalta.

"A UNI lançou uma petição em nível internacional por meio da qual colhemos mais de 10 mil assinaturas enviadas diretamente à caixa de e-mail do senhor Sergio Rial", diz a sindicalista. O documento se contrapõe à política adotada pelo Santander de demissões durante a pandemia, à falta de diálogo e a mudanças no fundo de previdência dos trabalhadores feita durante a pandemia, descumprindo aí também, como ela ressalta, um acordo que existia.

"Fizemos também pelas redes sociais, que é o que nos resta em termos de campanha na atual conjuntura, um tuitaço denunciando o banco. Ficamos entre os cinco assuntos mais comentados no dia. Cards e vídeos nas redes mantêm as denúncias em destague."

Medo da covid-19

O comportamento do Santander diante do adoecimento dos seus empregados pela covid-19 é outra forma de pressão que tira o sono dos bancários. O banco, que no início da pandemia saiu à frente com políticas protetivas que copiou da Espanha, logo mudou o caminho. E passou a não respeitar o acordado na mesa da Fenaban, no comitê de crise, denuncia Rita.

"A gente está vivendo coisas no Santander que eu nunca vivi na minha vida. Com essa questão da pandemia, começaram a exigir nosso retorno", relata LOR, que tem doença autoimune, considerada grupo de risco. "Com isso, os casos de covid começaram a aumentar. Além dessa preocupação da pandemia, estamos brigando com o invisível. A gente sabe que foram apurados em torno de 15 a 20 casos no prédio onde trabalho. Tem gente coagida a não dizer que está doente."

LOR denuncia, ainda, que em uma das idas à unidade onde trabalha teve contato com um empregado com covid, afastado no dia seguinte. Mas que as outras pessoas da área não foram afastadas. "Como o governo que a gente tem não respeita as leis, o banco faz exatamente

Nossos direitos individuais e coletivos estão sendo manipulados. Estamos morrendo lentamente.
Você faz o que mandam por que tem medo.
O desemprego é muito grande.

igual."

Infelizmente, diz a trabalhadora, o presidente Sergio Rial não cumpre o que fala. "Ele disse em canal interno para todo o Brasil que não demitiria ninguém durante a pandemia e no dia 30 de maio começou a demitir. E não são poucas, são muitas."

E conta que o banco está cobrando horas "negativas" dos funcionários afastados diante do risco da covid-19. "Para quando vencer a quarentena, esses trabalhadores voltarem e pagar aquelas horas. Você acredita? A pessoa está de licença médica. A lei ampara. Isso é inconstitucional."

Afastamento

O banco agora está dizendo que está implantando um novo protocolo contra a covid-19, informa Mario Raia, da Contraf -CUT. "Durante toda a pandemia foi uma loucura, a cada semana o banco mudava o protocolo. E na verdade a gente não tinha o atendimento necessário. Em unidades onde algum bancário era diagnosticado com covid-19, o banco só aparecia para fechar depois que o sindicato era acionado, três, quatro dias depois. Antes fazia uma sanitização e fechava o local. Depois passou a fazer uma de três horas e os funcionários voltavam a trabalhar. Agora, nesse novo protocolo, o banco está se propondo a testar e se der negativo a pessoa volta a trabalhar normalmente. Isso também é complicado porque o resultado pode ser um falso negativo diante da eficiência desses testes rápidos de farmácia."

Em negociação com o Santander, assim como para os bancos em geral, o movimento sindical cobra que se afastem imediatamente os funcionários que tiveram contato com quem foi infectado pelo coronavírus.

"Agora, o banco está acenando com uma proposta de trabalho de quatro por um (quatro dias em casa e um na empresa). Informou que 'por enquanto' não está previsto corte de benefícios nem de salários", diz Raia.

A campanha dos bancários deste ano tem uma reivindicação específica sobre teletrabalho. "Nossa proposta é regulamentar com parâmetros específicos, mas o Santander está vindo com implementações fora da mesa da Fenaban e isso é um perigo." Um dos objetivos da regulação do teletrabalho é coibir a prática de assédio como o denunciado no Santander, e evitar que os bancários levem para casa o mesmo risco de adoecimento que vinham encontrando no trabalho presencial.

O que diz o Santander

Procurado pela reportagem da RBA, o banco Santander enviou a seguinte nota, por meio da assessoria de imprensa:

"O Santander faz parte do abaixo-assinado Não Demita, tendo sido uma das primeiras empresas no Brasil a anunciar que não faria nenhuma ação neste sentido até o final de maio. Nosso compromisso social segue inabalável. Anunciamos recentemente a busca de mais de 1.000 profissionais na área de tecnologia e iniciamos uma nova operação de atendimento no sul do Brasil que poderá gerar mais de 4.000 empregos ainda este ano.

Em paralelo, como parte da gestão de qualquer negócio, a liderança do banco iniciou um processo de reavaliação do nível de produtividade de suas equipes, que deve ser contínuo em uma empresa que busca manter o melhor nível de eficiência da indústria. O movimento é necessário para fazer frente a um entorno muito mais desafiador, além da necessidade de navegar com eficácia em um ambiente de arquitetura aberta, trabalho em rede e busca incessante de níveis de automação ainda mais contundentes.

Este quadro de mudanças inclui, por exemplo, o trabalho remoto de equipes de forma mais permanente, já a partir do segundo semestre. A meritocracia é um dos grandes valores da instituição e é o filtro que pauta qualquer medida na esfera de gestão do nosso capital humano."

Itaú lucra R\$ 8,117 bilhões no 1º semestre de 2020

O número representa redução de 41,6% em relação ao mesmo período de 2019 e alta de 7,5% no trimestre



- Banco Itaú lucrou R\$ 8,117 bilhões no 1º semestre de 2020
- Queda de 41,6% em relação ao mesmo período de 2019
- O lucro do 2º trimestre foi de R\$ 4,205 bilhões, alta de 7,5% no trimestre na comparação com o anterior

- Compromisso de manutenção dos empregos durante a pandemia resultou em saldo positivo de empregos
 - Foram 2.236 novos postos de trabalho

O Banco Itaú obteve um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 8,117 bilhões no 1º semestre de 2020, redução de 41,6% em relação ao mesmo período de 2019. O lucro apenas do 2º trimestre foi de R\$ 4,205 bilhões, alta de 7,5% na comparação com o primeiro trimestre do ano.

De acordo com análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos dados do relatório apresentado pelo banco na manhã desta terça-feira (4), ao final do 1º semestre de 2020, a holding contava com 84.343 empregados no país, com fechamento de 818 postos de trabalho em doze meses.

No trimestre, porém, houve um saldo positivo de 2.236 novos postos de trabalho no banco, em função de contratações para a área de TI e do "compromisso de manutenção dos empregos durante a crise". Nesse total, 1.448 empregados da Zup (empresa de tecnologia adquirida em outubro de 2019), passaram a compor o quadro do banco. Em doze meses, foram fechadas 177 agências físicas (sendo uma no trimestre) e não foi aberta nenhuma agência digital, totalizando 3.155 e 196, respectivamente.

Sinais de melhora

De acordo com o banco, esse resultado reflete sinais de melhora no 2º trimestre de 2020, que gerou menores provisionamentos em relação ao 1º trimestre (queda de 27,3%). No acumulado do semestre, no entanto, as despesas de PDD tiveram alta de 111,2% em relação ao primeiro semestre de 2019.

A margem financeira com clientes recuou no trimestre, dentre outros fatores, em função da menor representatividade da carteira de pessoas físicas e maior participação da carteira de grandes empresas e de menores taxas de juros sobre capital de giro próprio. Diante disso, a rentabilidade (retorno recorrente consolidado sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado – ROE) caiu 10,5 pontos percentuais em doze meses, ficando em 13,1% (no Brasil ficou em 13,2%, com queda de 11,6 p.p.).

Um item com forte impacto nos resultados Expediente:

Posterim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV: José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos Colaboração: Jacqueline Barbosa Diagramação: Aníbal Bispo

do banco foi a conta de impostos e contribuições, que passou de uma despesa de, aproximadamente, R\$ 6,4 bilhões para uma receita de R\$ 14,4 bilhões, devido à entrada de créditos tributários, revertendo o resultado negativo antes dos impostos, de R\$ 8,7 bilhões.

A Carteira de Crédito do banco cresceu 20,3% em doze meses e 2,9% no trimestre. atingindo R\$ 811,3 bilhões. As operações com pessoas físicas (PF) cresceram 2,9% em relação a junho de 2019, chegando a R\$ 228,0 bilhões, com destaque para crédito pessoal (+14,2%), veículos (+13,2%) e crédito imobiliário (+11,0%). As operações com pessoas jurídicas (PJ) no país somaram R\$ 228,7 bilhões, com alta de 29,2% em doze meses. Veículos (+66,3%), Financiamento à importação/exportação (40,6%) e Capital de Giro (+36,5%) foram os destaques positivos no segmento. A carteira de crédito para a América Latina apresentou alta de 30,2% no período, totalizando R\$ 200,8 bilhões. O Índice de Inadimplência superior a 90 dias, no país, caiu 0,3 p.p., ficando em 3,2%. Ainda assim, as despesas com provisão para devedores duvidosos (PDD) cresceram 111,2%, totalizando R\$ 17.8 bilhões.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias caiu 0,5% em doze meses, totalizando R\$ 19,2 bilhões. As despesas de pessoal, por sua vez, caíram 2,4%, somando R\$ 11,7 bilhões. Com isso, a cobertura destas pelas receitas secundárias do banco foi de 164,1% no período.

Fonte: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edificio Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF